



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE MARÇO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS

Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI

1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS

3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI

1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN

2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI

3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI

4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Cláudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Luiz Nishimori</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

Proposta de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º Fica incluído o artigo 156-A na Constituição do Estado do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 156-A. O Estado poderá promover, na forma da lei e por meio de convênios com outros entes federativos, o reassentamento ou a indenização dos agricultores que, mediante título de propriedade com origem em projetos de colonização realizados pelo Estado, estejam ocupando terras destinadas por meio de processo democrático, aos povos indígenas.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.03.07.

(aa) NEREU MOURA

ELTON WELTER

Apoiamento:

Fábio Camargo, Luiz Cláudio Romanelli, Tadeu Veneri, Rosane Ferreira, Péricles de Mello, Rui Hara, Felipe Lucas, Augustinho Zucchi, Mauro Moraes, Professor Luizão, Pedro Ivo, Luiz Eduardo Cheida, Francisco Bühner, Waldir Pugliesi, Antonio Anibelli, Dr. Batista, Dobrandino da Silva e Luiz Nishimori.

JUSTIFICATIVA:

A presente Proposta de Emenda Constitucional pretende reduzir e finalizar os conflitos decorrentes da demarcação das áreas indígenas do Estado do Paraná.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no plano jurídico, o reconhecimento do caráter pluriétnico e multicultural da sociedade brasileira.

As terras indígenas no Brasil cobrem no total uma extensão de 946.452 Km², correspondendo a cerca de 11,12% do território nacional. Em termos de comparação, numa extensão contínua, correspondem aos territórios da França e da Inglaterra tomados conjuntamente, ou a mais de duas vezes a extensão do Estado da Califórnia. As 554 áreas indígenas reconhecidas pela FUNAI abrigam uma

população indígena estimada em cerca de 330.000 pessoas.

O problema da terra é o eixo central da questão indígena. A noção de território para as sociedades indígenas é muito mais do que simples meio de subsistência. A terra representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. O conceito de território está ligado à história cultural do grupo, a seu universo mitológico, às relações de família, ao conjunto das interações sociais, e ao sistema de alianças políticas e econômicas entre aldeias de um mesmo grupo. A garantia da terra é por isso condição essencial para assegurar a sobrevivência dos índios como grupos etnicamente diferenciados da sociedade nacional.

Por outro lado, há diversos agricultores que há muito têm colaborado com o desenvolvimento do Estado, usufruindo de tais áreas com justo título. São famílias que adquiriram as terras do Estado de boa-fé, fazendo jus, portanto, a uma indenização justa pelas terras também, o que não tem previsão constitucional.

O viés compensatório dos danos da colonização no Estado do Paraná, deve ser plenamente assumido, ao mesmo tempo em que uma avaliação dos feitos da política indigenista deve presidir as discussões e tomadas de decisão futuras.

A proposta de emenda permite que os atuais proprietários das terras indígenas demarcadas no Paraná sejam indenizados pelo Estado, recebendo valor justo por sua propriedade, e, por consequência, acaba por resguardar a sociodiversidade, a variedade de suas formas próprias de representação política e a singularidade de seus movimentos políticos e organizações.

A aprovação da PEC permitirá a solução para um conflito onde as partes têm razão. São áreas onde residem e trabalham diversas famílias, as quais não devem ficar desamparadas pelo Estado.

Sendo assim, visando definitivamente a melhor forma de se atender os princípios que regem a Administração Pública, o Deputado que ao final subscreve apresenta esta Proposição de Emenda da Constituição.

Para tanto, invocamos o apoio dos nobres Pares.

????? ? ????? ???? ???? ?